

8.2. - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1. Derrogações ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Em Abril de 2002 foram aprovados o Balanço e Inventário iniciais, sendo que todos os bens móveis e imóveis que constam destes dois documentos se encontravam lançadas na aplicação informática adquirida na altura – Sistema de Inventário e Cadastro (SIC).

Dada a prioridade em implementar o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), os recursos humanos então afectos às tarefas de inventariação foram transferidos para a Secção de Contabilidade (SC). Esta conjuntura implicou que não se procedesse à actualização do inventário, actualização esta que tem vindo a ser efectuada.

Por esta razão, também não tem sido possível proceder ao cálculo das amortizações no SIC, tendo-se criado uma forma de cálculo paralela e provisória das amortizações (informação essencial para a SC).

Em 2007 a AIRC instalou uma nova aplicação (também designada por SIC), que obriga a Secção de Património (SP), ano a ano, desde 2002 a:

- “transferir” a informação da antiga aplicação para a nova aplicação;
- confirmar se não houve perda de informação;
- fazer a reconciliação do imobilizado com a SC;
- proceder ao cálculo das amortizações;
- efectuar a reconciliação e consequentes correcções deste cálculo entre SP e SC.
- dar o ano por encerrado.

Esta tarefa está praticamente realizada, não tendo sido, no entanto, possível concluí-la até ao final de 2008, por forma a validar as amortizações contabilizadas e saldar as contas “Imobilizado em curso”.

A 31 de Dezembro de 2008, o montante de 88.940,54 euros correspondente aos encargos da entidade relativos às remunerações de Dezembro não se encontra relevado na conta 245 – “Contribuições para a segurança social, por questões inerentes ao programa informático, mas sim na conta 2737 – “Encargos sobre Remunerações a Liquidar”

Também não está reconhecida a dívida do Município para com a ADSE, relativamente à respectiva comparticipação nas despesas de saúde dos funcionários da autarquia abrangidos por aquele sistema de saúde, em virtude de não existir informação fiável que permita quantificar esta responsabilidade.

8.2.2. Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

- Comentário da conta 453 – Outras Construções e Infraestruturas

Em 2008 procedeu-se à transferência do imobilizado em curso no montante de 3.588.184,72 euros referente à Av. Poente 2ª Fase.

Aquando da implementação do POCAL (2002), existiam obras em curso com valores relevantes realizados em anos anteriores que não ficaram reflectidos na contabilidade patrimonial. Em 2008 procedeu-se à transferência dos valores registados em obras em curso para a conta 453, bem como dos valores que não estavam reflectidos por contrapartida da conta 592 – “ Resultados Transitados”, assim:

- Reabilitação da EM 554 e 554-2 – Ligação EN8/Colaria/Freiria

- 453 - 256.653,52€

- 445 – 8.233,16€

- 592 – 248.420,36€

- Reabilitação da EM 553 – Ligação T.Vedras/Serra da Vila/EM555

- 453 – 286.753,96€

- 445 –165.080,77€

- 592 –121.673,19€

- Reabilitação do CM 1367 – Ligação EN9 (Coutada)/Silveira

- 453 – 229.218,24€

- 445 – 12.229,12€

- 592 – 216.989,12€

Procedeu-se também à regularização das amortizações por contrapartida da 592.

- Comentário da conta 445 – Imobilizações em curso

Transferiu-se para as respectivas contas de bens do imobilizado do domínio público, valor de obras em curso no total de 7.613.886,48 euros, tendo-se regularizado as amortizações das obras concluídas anteriormente a 2008 por contrapartida da conta 592 – “ Resultados Transitados”.

- Comentário da conta 268 – Outros devedores(curto prazo)

Nesta conta encontra-se reflectida a dívida da Câmara Municipal da Lourinhã, referente ao acordo de colaboração, celebrado com o município de Torres Vedras, para a ampliação do JI da Cabeça Gorda, no valor de 194.203,53 euros, bem como o montante de 168.252,00 euros, por transferir pela DGAL, relativamente ao Acordo de colaboração para execução de muros de contenção em taludes e arribas em Santa Cruz.

- Comentário da conta 59 – Resultados transitados

Como já referido nos comentários às contas 453 - Outras Construções e Infraestruturas e 445 – Imobilizações em curso, esta conta foi movimentada pelas regularizações de amortizações e de valores de obras que não estavam contabilizados.

- Comentário da conta 292 – Provisões para riscos e encargos

Nesta conta procedeu-se ao registo da provisão referente a processos judiciais em curso. Foi o primeiro ano em que se efectuou este tipo de provisão.

- Comentário da conta 268707 – Dívida MLP (SEFO)

O saldo em dívida de médio e longo prazo, referente à aquisição de parte do edifício à SEFO, foi transferido para a conta 2613 – “Dívida MLP (SEFO)”, dado tratar-se de bem do imobilizado.

- Comentário da conta 222 – Dívida c/c MLP

O saldo desta conta reflecte a dívida de médio prazo à Resioeste e aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, decorrente dos acordos de regularização de dívida celebrados entre as partes.

8.2.3. Critérios valorimétricos

O activo immobilizado foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção sendo que se considera-se como custo de aquisição de um activo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa e indirectamente para o colocar no seu estado actual e considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Os bens do activo immobilizado obtidos a título gratuito foram avaliados segundo o seu valor patrimonial, tendo por base o custo de produção ou o custo de aquisição.

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém adoptado foi o custo médio ponderado.

Para o cálculo das amortizações do immobilizado foi utilizado o método das quotas constantes. Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determinou-se aplicando aos montantes dos elementos do activo immobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril.

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses. O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas foi determinado de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões são de acordo com os quadros em anexo:

- Activo Bruto (Imobilizado Bruto)
- Amortizações e Provisões

8.2.9. Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos

Os custos incorridos no exercício, respeitantes a empréstimos obtidos, são os constantes no mapa anexo, elaborado de acordo com o ponto 8.3.6.1. do POCAL. Refere-se que o total das amortizações foi de 717.935,87 euros e o total dos juros suportados foi de 383.149,48 euros.

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

N.º Contrato	Bem	Valor Aquisição	Amortizações	Valor Contabilístico
176469	Tractor 86-FO-61	56.896,00€	5.689,60€	51.206,40€

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício

PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS

2008

DENOMINAÇÃO SOCIAL (da participada)	Sede	N.P.C.	F	N	CAE (rev.II)	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO		R.LIQUIDO
							VALOR	%	
				(4)					
1 CAERO-Centro de Apoio ao Empresário, Lda	Torres Vedras	503678384	SQ	1P	74140	24.940,00	4.988,00	20	12.691,97
2 Ensinus/Torres Vedras-Educação Desenvolvimento, SA	Torres Vedras	502721995	SA	1P	80300	199.519,00	4.988,00	2,5	
3 PROMOTORRES-Prom. Eventos Gestão Equip. E.M.	Torres Vedras	503941565	EM	1P	92620	250.000,00	250.000,00	100	155.501,97
4 RESIOESTE-Val.Tratamento Resíduos Sólidos, SA	Cadaval	504502298	SA	1P	90002	2.700.000,00	249.770,49	9,25	610.892,00
5 SEFO-Soc.Educação e Formação Oeste, Lda	Torres Vedras	503005843	SQ	1P	80421	42.398,00	12.470,00	29,41	37.783,85
6 Aguas do Oeste, SA	Óbidos	505311593	SA	1P	74140	30.000.000,00	3.296.555,00	10,99	-2.721.438,49
7 TVPAR - Parques Empresariais de Torres Vedras, SA	Torres Vedras	505144280	SA		45212	500.000,00	200.000,00	40	-234.297,20

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é o constante da conta 21.8 – Clientes Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa (46.875,39€), e respeita a dívidas de utentes pela utilização de espaços em mercados municipais.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

As responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança são as constantes do mapa em anexo designado por “ Contas de Ordem “.

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos, no exercício, nas contas de provisões, foram os constantes no mapa em anexo, com a designação “Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas”

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercícios de cada uma das contas da Classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

Os movimentos ocorridos nas contas da Classe 5 «Fundo Patrimonial», são os descritos no mapa seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
511 - Património	8.831.167,36			8.831.167,36
512 - Património Adquirido	2.114.826,44	1.467.000,00		3.581.826,44
55 - Ajustamento partes capital	-50			-50,00
571 - Reservas Legais	3.257.155,90	150.000,00		3.407.155,90
574 - Reservas Livres	16.677.277,85	880.000,00		17.557.277,85
575 - Subsídios	2.645.031,19	1.183.346,36		3.828.377,55
576 - Doações	2.946.588,79	77.603,60		3.024.192,39
577 - Reservas decorrentes transf.	3.271.805,00			3.271.805,00
59 – Res. Transitados	-130.439,09	1.088.822,30	755.437,03	202.946,18
88 - RLE	2.998.739,63	30.182,60	2.998.739,63	30.182,60
Total	42.612.103,07	4.876.954,86	3.754.176,66	43.734.881,27

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	287.399,36 €
Compras	2.341.808,79 €
Regularização de existências	0,00 €
Existências finais	372.504,62 €
Custos no exercício	2.256.703,53 €

8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros

A Demonstração dos Resultados Financeiros é a apresentada no quadro seguinte.

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2008	2007		2008	2007
Juros suportados	589.580,69	481.538,18	Juros obtidos	168.022,24	198.450,44
Perdas entidades participadas			Ganhos entidades participadas	51.989,23	50.337,40
Amortiz. investim. em imóveis			Rendimentos de imóveis	2.917.860,16	3.120.879,01
Provisões p/ aplic.financeiras			Rendim. participações capital	50.337,40	
Difer.câmbio desfavoráveis	1,57	31,38	Diferenças câmbio favoráveis		
Descontos p/pgt.º concedidos			Descontos p/pag.obtidos		
Perdas alien. aplic.tesouraria			Ganhos alien. aplic. tesouraria		
Outros custos e perdas financeir.	11.873,95	5.390,60	Outros proveit. ganhos financeiro	26.799,69	
Resultados financeiros	2.613.552,51	2.882.307,90	Rest. Prov. e Ganhos Financ.		-398,79
	3.215.008,72	3.369.268,06		3.215.008,72	3.369.268,06

8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários são demonstrados pelo quadro seguinte.

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2008	2007		2008	2007
Transf. capital concedidas	4.948.884,45	3.690.942,14	Restituição de impostos		
Dívidas incobráveis			Recuperação de dívidas		
Perdas em existências			Ganhos em existências		
Perdas em imobilizações		35.174,50	Ganhos em imobilizações	29.852,26	6.320,93
Multas e penalidades	8.494,58	8.870,00	Benefícios penalid. contratuais	132.413,11	267.982,86
Aumentos amortiz. e provisões			Reduções amortiz. e provisões		8.251,12
Correc. relativas exerc. anteriores	183.643,45	776.445,70	Correc. relativas exerc. anteriores	52.886,42	128.494,83
Out. custos/perdas extraordinárias	129.766,69	2.224,47	Out. prov./ganhos extraordinários	823.161,47	783.404,88
Resultados extraordinários	-4.232.475,91	-3.319.202,19			
	1.038.313,26	1.194.454,62		1.038.313,26	1.194.454,62

8.2.99 Outros notas às Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados

- Comentário da conta 445 – Imobilizações em Curso – Bens do Domínio Público
Foi retirado da conta 421 – Terrenos e Recursos Naturais o montante de 362.000,00 euros referente à aquisição de terreno para construção de parque de estacionamento em Santa Cruz e imputado à conta 445272 – Reversão da Orla Costeira em Santa Cruz pelo facto da referida obra ainda não se encontrar concluída.

- Comentário da conta 268 – Outros Devedores (Médio e longo prazo)

O saldo de 587.172,35 euros desta conta, diz respeito à dívida da TVPAR, decorrente do contrato de sociedade, daquela entidade, celebrado em 16 de Novembro de 2001.

- Comentário da conta 28 – Empréstimos concedidos (médio e longo prazo)

O saldo de 1.734.587,81 euros desta conta, diz respeito à exigibilidade no médio e longo prazo dos empréstimos de médio e longo prazos dos SMAS.

- Comentário da conta 28 – Empréstimos concedidos (curto prazo)

O saldo de 311.724,55 euros desta conta, diz respeito à exigibilidade no curto prazo e à dívida vencida dos empréstimos de médio e longo prazos dos SMAS.

- Comentário da conta 271 – Acréscimos de proveitos

O valor de 2.636.149,63 euros reflectido nesta rubrica respeita aos proveitos a reconhecer no período cuja receita só venha a realizar-se em períodos posteriores, nomeadamente, rendas, juros credores, entre outros.

Nesta conta reconheceu-se o proveito de 1.343.942,89 euros de impostos reportados a Dezembro de 2008, 566.062,35 euros, referente ao Contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e 165.101,25 euros, referente às rendas dos parques eólicos.

De destacar, também, o montante de 63.418,17 euros referentes ao reconhecimento de proveitos de resíduos sólidos, a receber dos SMAS referente a2008.

- Comentário da conta 2312 – Empréstimos de médio e longo prazo

O saldo de 10.980.954,34 euros desta conta, diz respeito à exigibilidade no médio e longo prazo dos empréstimos bancários.

- Comentário da conta 2311 – Empréstimos de curto prazo

O saldo de 1.279.180,39 euros desta conta, diz respeito à exigibilidade no curto prazo dos empréstimos bancários de médio e longo prazos.

- Comentário da conta 273 – Acréscimo de custos

O valor de 1.809.039,83 euros contabilizado nesta conta respeita aos custos a reconhecer no período cuja despesa só venha a ocorrer em períodos posteriores, nomeadamente estimativa referente a férias, subsídio de férias, e respectivos encargos, juros devedores, consumo de água e telefones.

- Comentário da conta 274 – Proveitos Diferidos

O saldo de 11.489.586,44 euros contabilizado nesta conta compreende os proveitos que devam ser reconhecidos em períodos posteriores relativos a subsídios para investimentos, ao proveito inerente à cedência de infraestruturas à Águas do Oeste e ao valor por receber relativo ao acordo de colaboração celebrado com a Câmara Municipal da Lourinhã para a ampliação do JI da Cabeça Gorda.